



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

CONTRATO Nº 190/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE CORUMBIARA/RO E A EMPRESA S. FERNANDES DA SILBA, NA FORMA ABAIXO

O MUNICÍPIO DE CORUMBIARA/RO, inscrito no C.N.P.J 63.762.041/0001-35, que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CORUMBIARA/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Olavo Pires, Nº 2129, inscrita no CNPJ nº 63.762.041/0001-35, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Leandro Teixeira Vieira, Agente Político, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 729.564 SSP/RO e do CPF nº 755.849.642-04, residente e domiciliado sito à Rua Ulisses Guimarães nº 1.949 - Centro, nesta cidade de Corumbiara/RO, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa S. FERNANDES DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.624.792/0001-91, com sede a AV. JOSÉ DO PATROCÍNIO, Nº 3402, SETOR 01, QUADRA 78, LOTE 02, BAIRRO CENTRO (S-01) Estado de Rondônia, doravante denominada de CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SILVENO FERNANDES DA SILVA, (sócio gerente, procurador, proprietário, etc.), portador do CPF nº 516.335.662-34, resolvem celebrar o presente instrumento para, de acordo com o Pregão Eletrônico N.º 32/2023/SEMUSA, Processo Licitatório N.º 268/2023/SEMUSA, do tipo Menor Preço Global do LOTE, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, D. O. U. de 18/07/02, subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, Decreto Federal nº 7.892 de 31 de janeiro de 2013, de Regulamentação do Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº. 012/07 de 01/03/2007 e Decreto Municipal Regulamentando o Sistema de Registro de Preços nº 010/2015 de 30/01/2015, Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Complementar 147/14 e Lei Complementar Municipal 091/2018, na forma a seguir:

1. DO OBJETO

ITEM	UNID	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
26	SVC	3,00	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 12.000 BTUS CONVENCIONAL CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 12.000 BTUS CONVENCIONAL CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE (será por conta da contratada os materiais necessários para instalação como; cano de cobre, tomada, plugue macho, fio elétrico desde que o	SERVIÇO	R\$ 300,21	R\$ 900,63





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

			equipamento esteja a uma distância máxima de até 03 metros do ponto de conexão, e demais itens padrão necessários).			
28	SVC	3,00	INSTALAÇÃO DE SERVIÇO CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 18.000 BTUS INVERTER CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 18.000 BTUS INVERTER CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE (será por conta da contratada os materiais necessários para instalação como; cano de cobre, tomada, plugue macho, fio elétrico desde que o equipamento esteja a uma distância máxima de até 03 metros do ponto de conexão, e demais itens padrão necessários).	28		SVC
29	SVC	2,00	INSTALAÇÃO DE SERVIÇO CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 30.000 BTUS INVERTER CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 30.000 BTUS INVERTER CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE (será por conta da contratada os materiais necessários para instalação como; cano de cobre, tomada, pluguemacho, fio elétrico desde que o equipamento esteja a uma distância máxima de até 03 metros do ponto de conexão, e demais itens padrão necessários).	R\$ 453,94		R\$ 907,88
30	SVC	2,00	INSTALAÇÃO DE SERVIÇO CONDICIONADOR DE AR	R\$ 300,11		R\$ 600,22





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

			SPLIT DE 9.000 BTUS CONVENCIONAL CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE. INSTALAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 9.000 BTUS CONVENCIONAL CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE (será por conta da contratada os materiais necessários para instalação como; cano de cobre, tomada, plugue macho, fio elétrico desde que o equipamento esteja a uma distância máxima de até 03 metros do ponto de conexão, e demais itens padrão necessários).			
31	SVC	2,00	INSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR	SERVIÇO	R\$ 209,46	R\$ 418,92
32	SVC	8,00	MANUTENÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 12.000 BTUS, LIMPEZA E MANUTENÇÃO CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE.	SERVIÇO	R\$ 153,01	R\$ 1.224,08
33	SVC	4,00	MANUTENÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 18.000 BTUS, LIMPEZA E MANUTENÇÃO CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE.	SERVIÇO	R\$ 158,34	R\$ 633,36
34	SVC	9,00	MANUTENÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 30.000 BTUS, LIMPEZA E MANUTENÇÃO CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE.	SERVIÇO	R\$ 194,78	R\$ 1.753,02
35	SVC	6,00	MANUTENÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 9.000 BTUS, LIMPEZA E MANUTENÇÃO	SERVIÇO	R\$ 154,03	R\$ 924,18





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

			CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE.			
36	SVC	10,00	RECARGA DE GAS EM CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 12.000 BTUS CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE	SERVIÇO	R\$ 232,65	R\$ 2.326,50
37	SVC	1,00	RECARGA DE GAS EM CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 18.000 BTUS CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE	SERVIÇO	R\$ 260,93	R\$ 260,93
38	SVC	2,00	RECARGA DE GAS EM CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 30.000 BTUS CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE	SERVIÇO	R\$ 302,48	R\$ 604,96
39	SVC	4,00	RECARGA DE GAS EM CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 9.000 BTUS CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE	SERVIÇO	R\$ 221,98	R\$ 887,92
40	SVC	4,00	REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 12.000 BTUS REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 12.000 BTUS	SERVIÇO	R\$ 92,20	R\$ 368,80
41	SVC	4,00	REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 18.000 BTUS REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 18.000 BTUS	SERVIÇO	R\$ 106,75	R\$ 427,00
42	SVC	2,00	REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 30.000 BTUS REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 30.000 BTUS	SERVIÇO	R\$ 132,98	R\$ 265,96





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

			BTUS			
43	SVC	1,00	REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 9.000 BTUS	SERVIÇO	R\$ 92,87	R\$ 92,87
			REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT CONVENCIONAL E/OU INVERTER DE 9.000 BTUS			
						R\$ 13.709,57

2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A contratada deverá priorizar o atendimento a esta contratante, quando solicitado para as realizações de manutenções dos condicionadores de ar; incluindo emergências que por ventura venham a acontecer fora do horário normal de atendimento da empresa. Quando solicitado para realizar a manutenção, em que se trata este objeto, a contratada deverá se apresentar até o local do atendimento em um prazo máximo de 02(duas) horas. Todos os materiais (peças comuns, gás, etc.) e equipamentos, com inclusão de mão de obra é de inteira responsabilidade da empresa contratada.

2.1.1 – Não será aceito prazo maior que o mencionado no item 2.1

2.2 A forma de execução dos serviços será de forma fracionada, conforme necessidade das secretarias por um período de 12 meses.

2.3 A execução periódica dos serviços consiste em: inspeção, lubrificação, limpeza geral, verificação das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes, monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes, ajustes ou substituição de componentes em períodos predeterminados, testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos, constatação e correção de falhas, reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

3. DA VIGÊNCIA

3.1 – O contrato derivado do presente procedimento licitatório terá vigência equivalente ao período remanescente dos créditos orçamentários, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993 se houver necessidade e interesse da CONTRATANTE, observando-se os procedimentos legais; sendo necessário para tanto, a elaboração de um termo aditivo ou apostilamento, a serem assinadas por ambas as partes.

4. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO;

4.1 O estimativo de gasto será de R\$ **13.709,57 (treze mil, setecentos e nove reais e cinquenta e sete centavos)**

4.2 - O valor acima é o considerado máximo para esta licitação, não sendo aceito valor superior e inexecutável, e preço mais alto que os praticados pela possível contratada em período de prática comum de venda.

4.3 - O custo estimado foi apurado a partir da pesquisa de preços realizada em empresas do ramo situadas na região e no site banco de preços (www.bancodeprecos.com.br), para que obtivéssemos uma média de balizamento de preços, se estão dentro do preço de mercado praticado usualmente.

4.4 - As empresas que participaram da prévia de preços deverão cotar os preços condizentes com seu orçamento prévio ou inferior a estes. O pagamento poderá ser efetuado mediante o termino da





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

execução dos serviços solicitados pelas secretarias, através das requisições emitidas e Nota fiscal acompanhada de certidões que comprovam regularidade fiscal da empresa.

4.5 - O pagamento será efetuado mediante ordem bancária em moeda corrente deste país, após a emissão de nota fiscal e conferido pela comissão de recebimento composta de cinco membros e devidamente atestada pelo Secretário.

4.6 – Os custos referentes às transações bancárias serão por conta da empresa contratada.

4.7 - Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

4.8 - Todos os demais encargos sociais serão por conta da Empresa Contratada. 4.9- Ao entregar as notas fiscais (duas Vias) para o pagamento a empresa contratada deverá fornecer as Certidões: Federal, Estadual, FGTS, Trabalhista e Tributos Municipais, para que seja realizado pagamento. No ato do pagamento a Empresa deverá estar em dia com todas suas certidões.

4.9 - A contratada deverá emitir as notas fiscais em observância às regras contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, Decreto Municipal nº. 108, de 06 de setembro de 2023, no que se refere às retenções na fonte do imposto de Renda e INSS, devendo obrigatoriamente informar no documento fiscal, o valor bruto do preço do bem fornecido ou do serviço prestado, e os valores do IR e sua alíquota, o valor do INSS e alíquota. Quando tratar-se de prestação de serviços, haverá a retenção de ISSQN nos termos da L.C. 068/2017, cuja alíquota é de 5% sobre o valor dos serviços.

4.10 - Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas por serviços e produtos elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, porém deverão enviar juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança, a declaração ANEXO II do Decreto Municipal 108/2023, declarando para fins de não incidência na fonte do IRPJ, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.11 - A contratada deve informar imediatamente a Receita Federal e o Município de Corumbiara, sobre eventual desenquadramento da situação, estando ciente que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 Designar um Fiscal para promover o recebimento e a fiscalização do objeto do presente termo, que notificará à empresa todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que seja necessário para regularização das falhas, faltas e defeitos observados (art. 67, da Lei 8.666/93);

5.2. Formalizar e assinar a ata, emitir nota de empenho de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, e conseqüentemente convocar a consignatária para assinatura do contrato nos termos da legislação pertinente, sob pena de ilegalidade dos atos.

5.3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste termo.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

5.6. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

indicados para tal fim conforme estabelece o Artigo 73, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.7. Disponibilizar a CONTRATADAS condições necessárias e adequadas para a execução dos serviços contratados.

5.8. Comunicar a CONTRATADA de forma imediata, qualquer irregularidade ou falha na execução do objeto.

5.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços realizados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

5.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

5.11. Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso.

5.11.1. Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 Assinar a ARP com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento, como também assinar o Contrato no mesmo prazo, após recebimento da Nota de Empenho.

6.2. Realizar os serviços que se trata este Termo de Referência de forma parcelada, de acordo com a solicitação do setor;

6.3. Após o recebimento da ordem de execução dos serviços nas quantidades e condições, a execução deverá ser iniciada no prazo máximo de 02 (duas) horas;

6.4. Responsabilizarem-se por quaisquer acidentes que venham a ter vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegure e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

6.4.1. Responsabilizar-se pelas despesas médicas com seus empregados, bem como servidores e terceiros, no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação dos serviços;

6.4.2. Responsabilizarem-se pela segurança do trabalho de seus funcionários pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros e à CONTRATANTE;

6.5. Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como pessoal, recepção, limpeza, entre outros;

6.6. Comunicar aos responsáveis das Secretarias Municipais, por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento, com antecedência mínima de 15 (quinze dias) dias;

6.7. A contratada não poderá optar pela realização de alguns serviços em detrimento de outros, devendo se comprometer a realizar todos os serviços previstos no contrato;

6.8. São de responsabilidade de a contratada manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução dos serviços;

6.9. Atender prontamente a quaisquer exigências das Secretarias, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.10. Comunicar as Secretarias imediatamente momento que antecede a execução dos serviços, justificando os motivos que impossibilitem o cumprimento de suas obrigações, com a devida comprovação;

6.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.12. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

6.13. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Minuta de Contrato;

6.14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

- 6.15. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;
- 6.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.17. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 6.18. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital e deste termo de referência, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- 6.19. Emitir nota fiscal de venda, destacando no campo descrição, o número da nota de empenho ou da ordem de fornecimento a que se refere e o domicílio bancário do fornecedor (número do banco, nome e número da agência e da conta corrente) e os valores de retenção dos tributos, em conformidade com a às regras de retenção do Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores e Decreto Municipal 108/2023, e demais legislação vigente.
- 6.20. Se a licitante vencedora se recusar a assinar ou retirar a Ordem de Serviço injustificadamente decairá do direito da execução do objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas na Seção 8 deste Termo de Referência.
- Parágrafo Primeiro - Se a licitante vencedora injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção 8 deste Termo de Referência.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO;

Ficha: 405

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0008.1229.0000 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - GND 3.

3.3.90.39.00- OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

8. DAS PENALIDADES

8.1-Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeitas às seguintes penalidades, em decorrência do atraso na execução do contrato, a saber:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso no início da execução dos serviços, que incidirá sobre o valor da obrigação em atraso.
- b) pela inexecução total ou parcial do contrato;
 - b.1) Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - b.2) Multa correspondente à diferença de preços resultante da nova licitação ou contratação direta realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.2 - As importâncias relativas às multas serão descontadas dos recebimentos que a CONTRATADA tiver direito, competindo-lhe, no caso de insuficiência ou inexistência de crédito, pagá-las no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

8.3 - Não sendo pagas no prazo previsto no item supra, haverá incidência de juros de mora, nos termos do artigo 406 do Código Civil de 2002.

8.4 - As multas previstas nesta seção não têm efeito compensatório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos que forem causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da contratação.

8.5 - No caso de inadimplência total, poderá se optar pela convocação das demais proponentes da licitação obedecida sucessivamente à ordem de classificação na forma do § 2º do artigo 64 da Lei 8.666/93.

8.6 - Das Sanções Administrativas:

8.6.1 - Será facultado à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA, a seu exclusivo critério, garantida a defesa prévia, quando a gravidade da falta assim justificar, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei:

- a) Advertência;
- b) Multa na forma prevista na Lei 8.666/93 ou no Contrato;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo não superior a 02 (dois) anos; e,
- d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à CONTRATANTE pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra "c".

8.6.2 - As penalidades que venham ser aplicadas somente poderão ser relevadas pela CONTRATANTE mediante justificativas e critério do Senhor Prefeito Municipal.

9. DA RESCISÃO;

9.1- 9.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93. 9.2- Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- j) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

k) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes dos materiais já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

l) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

m) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

n) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

10. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA;

10.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

11. DA PUBLICAÇÃO;

11.1. O extrato do presente instrumento será publicado no prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

12-DO FORO;

12.1. O FORO para dirimir eventuais controvérsias acerca deste contrato será o da Comarca de Cerejeiras/RO.

12.1.1. Como prova, firmeza e validade é lavrado o presente CONTRATO N°. ---/2023 da Prefeitura Municipal de Corumbiara - RO, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias.

Corumbiara/RO em 06 de Novembro de 2024

Leandro Teixeira Vieira
Prefeito Municipal
Termo de Posse nº.196

S. FERNANDES DA SILVA

CNPJ: 11.624.792/0001-91

Representante Legal Da Empresa

SILVENO FERNANDES DA SILVA

C.P.F: 516.335.662-34





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMAS

Carla Poquiviqui da Cruz
Secretaria Municipal de Assistência Social

Orlando Francisco de Souza
Fiscal de Contrato

João Victor Silva Esper
Procurador Geral Do Município

Edicleia de Oliveira Fracasso
Gestor de Contrato

TESTEMUNHAS:

Nome: Katia Cristina Lerner de Oliveira Souza

Nome: Danieli Picinin Tavares







Município de Corumbiara

63.762.041/0001-35
Av. Olavo Pires, 2129 - Centro
www.corumbiara.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
CONTRATO	Nº 190	06/11/2024

ID: 264927	Processo	Documento
CRC: D78C2467		
Processo: 1-2087/2024		
Usuário: Edicleia de Oliveira Fracasso		
Criação: 06/11/2024 15:30:02	Finalização: 06/11/2024 15:47:27	

MD5: DAB203D4A2B9F4A0F15087E743567DDC
SHA256: C863120EA17E4ED2F0B31DDB4CCA13ECC2E36232866DEFD413107F1CE217885F

Súmula/Objeto:

CONTRATO Nº 190/2024
EMPENHO Nº 542/024
EMPRESA S. FERNANDES DA SILBA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CORUMBIARA	RO	06/11/2024 15:30:02
--	------------	----	---------------------








ASSUNTOS

MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	06/11/2024 15:30:02
-------------------------------	---------------------

CIENTES

Valdemir Marcolino Gonzaga	07/11/2024 07:56:02
----------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Edicleia de Oliveira Fracasso	Agente Administrativo	06/11/2024 15:47:33
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 55/2022.		
 Carla Poquiviqui da Cruz	Secretaria M. de A. Social	06/11/2024 16:56:06
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 55/2022.		
 Danielli Picinin Tavares	ZELADORA	07/11/2024 07:08:25
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 55/2022.		
 Orlando Francisco de Souza	Agente administrativo	07/11/2024 08:05:14
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 55/2022.		
 Kátia Cristina Lerner de Oliveira Souza	Agente de Serviços Gerais / Zeladora	07/11/2024 12:00:31
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 55/2022.		
 SILVENO FERNANDES DA SILVA	REPRESENTANTE	08/11/2024 08:05:11
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 55/2022.		
 Leandro Teixeira Vieira	Prefeito Municipal	08/11/2024 08:49:10
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 55/2022.		



Município de Corumbiara

63.762.041/0001-35
Av. Olavo Pires, 2129 - Centro
www.corumbiara.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.corumbiara.ro.gov.br informando o ID 264927 e o CRC D78C2467.